

5

Considerações Finais

Segundo os autores ao Estado e às instituições faltam principalmente informações e dados sobre as múltiplas realidades encobertas pelo termo genérico “agricultura familiar”. As condições e as formas de acúmulo e da reprodução da agricultura familiar e a gestão de sistemas diversificados são, por exemplo, temas pouco explorados. (SABOURIN e CARON, 2003, p. 44).

Fazer uma política de cima para baixo, sem diálogo com a população, acaba reproduzindo os interesses de quem as promulga, sem diálogo com os distintos sujeitos que vivem o espaço e o transformam.

Se, por um lado, a Política Nacional de Produção e Uso de Biodiesel procura inserir os agricultores familiares, por outro, 85% da matéria-prima no Norte e Centro-Oeste podem ser de grandes produções, e 70% nas outras regiões também. Isso incentiva uma produção que exclui a agricultura familiar, expulsando-as para áreas onde não há valorização do capital, dificultando a sobrevivência destes agricultores, além de ser uma produção basicamente baseada na monocultura da soja e portanto em todas as mazelas que ela causa ao ambiente no qual se insere.

A modernização provocou modificações indiscutíveis das características técnicas e econômicas da agricultura brasileira, porém não foi capaz de fazê-lo sem a exclusão de um número significativo de pequenos produtores; este modelo de desenvolvimento, apesar do aumento da produção global, traduziu-se por uma deteriorização dos mercados urbano e rural do emprego, pelo aumento dos preços dos alimentos perecíveis, pela marginalização de mais de dois terços da população rural, pela degradação do meio ambiente, pela ocupação desordenada do território nacional. (Embrapa, 1994^a apud SABOURIN e CARON, 2003, p. 44).

Incentivar este tipo de produção é por si só contraditório à existência de agricultores familiares. Somado a este fator, a inserção do agricultor familiar busca a adequação de suas terras e produções para o mercado externo, a realidades externas às suas necessidades, o que prevê seguir as exigências deste mercado e portanto do consumo de insumos, máquinas, ou seja, técnica comprada na maior parte das vezes de multinacionais.

Este agricultor, na busca de aumentar sua renda e garantir sua sobrevivência devido à dificuldade que encontra para produzir, sobretudo com o aumento da pressão do agronegócio em áreas onde viviam ou ao redor de suas terras, acaba vendo nestas políticas uma possibilidade.

Ao ser inserido nesta dinâmica, se torna mais dependente de aparatos externos à sua realidade, e encontra-se cada vez mais dependente para poder produzir e reproduzir. Dentro destes parâmetros, o agricultor é inserido nas lógicas do mercado incentivado pelas políticas do Estado.

Os estudos efetuados entre 1987 e 1997 indicam também que essas agriculturas familiares conhecem profundas modificações técnicas, econômicas e sociais, ao contrário dos discursos dominantes. Os resultados confirmam o quanto as palavras de ordem desenvolvimentista traduzem representações inadequadas ou ideológicas de realidades mal conhecidas. (SABOURIN e CARON, 2003, p. 19).

A própria Rio +20 deixou bem claro que o diálogo com os movimentos sociais, como MST, Via Campesina e movimentos indígenas, não tem espaço. Esta atitude reafirma uma política que busca pensar a sustentabilidade do espaço sem dialogar com quem o vivencia e encontra dificuldades em vivenciá-lo devido às mazelas causadas pela privatização do território e valorização de uma produção voltada para o mercado externo e em grandes proporções.

Assim, a própria proposição do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, quando busca a sustentabilidade ambiental e social, se contradiz na impossibilidade de alcançá-la ao reafirmar processos baseados em um desenvolvimento que por si só exclui os agricultores familiares. Acaba sendo mais uma publicidade do país, que passa a ser bem visto por outros países, o que obviamente gera benefícios políticos e econômicos.

Uma burguesia nacional detentora de um espaço de produção e de reprodução nacional, mas que inclui, certamente, vastíssimas porções do capital internacional. No Brasil, o capital internacional participa, com ela, do domínio deste espaço enquanto espaço de domínio de classe. (OLIVEIRA, 2001, p. 50).

Esta citação de Oliveira deixa claro o ambiente no qual a pequena produção agrícola se encontra, com espaços valorizados pelo capital, com presença ínfima do pequeno agricultor. Este, portanto, só consegue seu espaço nos territórios valorizados pelo capital com muita luta, e mesmo assim até hoje de forma precária.

Acrescido a estes problemas, este agricultor quando inserido tem dificuldade de acesso ao desenvolvimento tecnológico, que é caro e destinado a

um número restrito e bem definido de produtores. Isso se dá porque a ciência e o conhecimento científico aplicados no desenvolvimento de tecnologia estão intimamente ligados ao mercado, que é controlado por uma burguesia detentora de influência política e econômica.

Ao observar as diversidades de infraestrutura no território brasileiro fica bem claro onde há interesse do capital, o qual é muitas vezes incentivado pelo investimento do capital estatal.

A força política e econômica destes agentes é tão grande que diversas vezes eles se juntam para reprimir qualquer forma de questionamento que coloque em risco seus interesses – e o Estado muitas vezes serve como mais um agente de apoio.

Segundo Oliveira (2001), na década de 1950 e 1960, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais abalaram o consenso da classe dominante porque abalaram o latifúndio e, portanto, o equilíbrio entre este e a burguesia industrial, lembrando que não foi à toa que a força do golpe de 1964 veio exatamente para reprimir no nordeste, que era o coração, o epicentro desse terremoto.

Assim, tivemos o governo ao lado dos latifundiários e da burguesia industrial ao propagandear, através de políticas, as terras sem homens para os homens sem terra, mais uma vez escamoteando a realidade política brasileira.

Nesta época, a entrada do capital externo na economia brasileira se intensifica e se aprofundam os investimentos privados e estrangeiros no território brasileiro. Por sua vez, na agricultura começam a se dar profundas mudanças com a revolução verde e a consolidação do agronegócio.

Essas significativas mudanças dificultam cada vez mais a possibilidade de outras relações de produção no campo, a pequena e média produção vão perdendo espaço para o avanço do agronegócio e há o consequente domínio da produção por uma pequena parte de produtores.

Vale destacar que a mídia e o governo têm papel importantíssimo na afirmação de um discurso de valorização do agronegócio como grande responsável pelo desenvolvimento do país e pela manutenção de uma balança comercial favorável e crescimento econômico, assim como na construção do imaginário do desenvolvimento, progresso e modernidade que ganha nova cara através do imaginário do desenvolvimento sustentável.

Esta lógica de produção tem como alvo a manutenção do rendimento máximo sem se preocupar com as consequências, intensificando a crise ambiental e social. Diante de um padrão de desenvolvimento incapaz de promover o crescimento econômico com uma sustentabilidade ambiental e social, a agricultura nacional reflete na sua forma de produção uma submissão à lógica do capital. Pouco tem se investido no desenvolvimento de conhecimento científico destinado a pensar uma produção mais eficaz socialmente.

A agricultura no Cerrado, para uma produção de maior qualidade e quantidade utiliza: variedades geneticamente adequadas às condições de cada parcela do cerrado, fertilizantes e agrotóxicos além de máquinas e implementos modernos. Isto exige escala e recursos. (BERNARDES, 2005, p. 17).

Ao analisar a produção da agricultura do cerrado, concluiu-se que a incorporação técnica na esfera da produção serve para fomentar a produtividade e, portanto, para permitir maior competição capitalista, visto que uma maior circulação do capital gera mais lucros e aumento de poder.

Ao buscar uma realidade distinta, de grande “peso” da agricultura familiar, como o Nordeste, percebeu-se a valorização de uma realidade da agricultura familiar sobre outra e, além disso, o aumento da dependência de externalidades para sua reprodução. No caso, de fato o aumento da renda é um grande chamariz.

Muitos agricultores familiares têm dificuldade de se inserir nesta lógica, já que não têm condições para adquirir insumos e sementes de qualidade, assim como maquinário, os quais são conseguidos através das políticas agrícolas, como crédito rural, que são garantidos com muito custo, quando o são.

Dentro desta situação, a transformação de sua realidade em uma agroindústria familiar modifica sua relação de produção para colocá-lo ligado ao acúmulo de capital, forçando-o a se ligar ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e sendo obrigado a comprar o pacote do agronegócio, sementes modificadas etc.

A oposição aos pontos negativos do desenvolvimento do capitalismo não é atual, mas os discursos que prezam pelas questões ambientais, sim, são mais recentes com grande crescimento na década de 1970, desde os que acham que

através de reformas consegue-se melhorar aos que veem a necessidade de mudanças mais profundas que superem as relações capitalistas.

A Política Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, estando em relação a questão social no mesmo caminho das políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar, acaba tendo como reflexo as contradições entre instrumentos que foram propostos no Programa Nacional e as ações efetivadas na esfera local. Estas contradições se dão porque o perfil do próprio tipo de desenvolvimento perpetuado pelo Programa acaba também privilegiando o apoio a um determinado perfil de relações socioespaciais.

O Semi-Árido, que por muito tempo foi “esquecido” por não interessar aos investidores capitalistas, acaba sendo um espaço onde ainda há uma grande presença de agricultores familiares, e em um momento de crise estes espaços são valorizados como possibilidade de avanço do capital.

Entende-se este processo, como uma opção de saída para crise, que atrai investimento externo, avança as formas de produção capitalistas para territórios que até então tinham outras relações produtivas, como a agricultura familiar. Além de ser uma opção de combustível diante da crescente demanda, coloca o Brasil como país ambientalmente responsável, o que dentro dos novos padrões internacionais de exigência ambiental é mais um ganho publicitário e o destaca, e, além disso, gera grandes lucros para empresas do agronegócio da soja e de combustível.

Diante da crise de um paradigma, buscando revolucionar os meios de produção e criar novos mercados, o mercado ambiental acaba sendo uma fronteira para o (re)investimento de capital, assim como as modificações da realidade do agricultor familiar, de cunho técnico, acessada no mercado.

Muitos destes espaços que antes eram de resistência atualmente são (re) apropriados pelo capital, num processo em que se criam mecanismos que tornam os territórios dependentes de externalidades, de regras concernentes à um mercado globalizado, das indústrias, de terceiros que se apropriam do que foi produzido.

Estes sujeitos acabam controlando estes espaços da agricultura familiar através do processo de agroindustrialização, mesmo que sem a propriedade da terra. No caso do biodiesel da mamona, percebe-se a apropriação da renda da terra

pelas usinas de transformação, assim como as indústrias de ricinoquímica já faziam.

Este processo reafirma o fortalecimento das multinacionais fornecedoras de biotecnologias e das indústrias como mediadoras, assim o agricultor familiar continua se inserindo nesta dinâmica subordinado a uma lógica muito maior do que as reais necessidades locais, fruto de uma política feita de cima para baixo com pouco diálogo com a totalidade dos agentes sociais envolvidos.

Assim, em um modelo que depende de grandes quantidades de combustível, no qual as propostas para um novo combustível não discutem outras relações agrícolas, outras formas de desenvolvimento ou um uso menor de combustível, as consequências acabam se mostrando na contradição entre o discurso e o desenrolar da política.

Acaba-se mostrando uma única possibilidade que, do ponto de vista social, pode não ser a mais apropriada, a falta de diálogo com todos os agentes sociais facilita que prevaleça uma visão que busca camuflar as contradições e desigualdades sociais e ambientais do próprio sistema capitalista, apontando como solução mais desenvolvimento dentro destes parâmetros e dando pouco espaço para discussões que busquem outras relações.

O fato de se impor uma necessidade e uma solução, que do ponto de vista social pode não ser a mais apropriada, também imputa uma espécie de violência simbólica. Para resolver o problema colocado referente ao aumento dos preços de petróleo haveria inúmeras opções, como a opção proposta por Melo & Fonseca (1981) nos períodos do primeiro e segundo choque do petróleo, quando o Brasil enfrentou esse mesmo dilema, que era o de se investir no transporte coletivo reduzindo assim a demanda de combustíveis, e alterações significativas no modelo viário de transportes no país, substituindo parte do sistema rodoviário pelo ferroviário e hidroviários que são mais econômicos e eficientes. Ou estimular os cidadãos a utilizarem mais as bicicletas, ao invés dos carros para percursos de curta distância, dentre outras opções. (CARVALHO E MARIN, 2008, p. 10).

Ao pensar em outro uso de fonte para produção de combustível, em uma fonte renovável e pautada na questão social, e em outro uso do solo pelo agricultor, como propõe o PNPB, as questões vão além de políticas compensatórias. Deve-se trazer à tona a discussão de outro desenvolvimento, refletindo sobre todo um sistema de desigualdades sociais, de exploração destas

fontes para maior proveito de uma classe restrita, detentora dos meios de produção e da acumulação da mais-valia.

Afinal, as ações, ao focarem o desenvolvimento humano e ambiental, camuflam as contradições sociais e ambientais do próprio sistema capitalista, visto que a sociedade se desenvolve dentro do mundo, e no processo de globalização do sistema capitalista as relações são reflexo de suas desigualdades, complementariedades e contradições.

Assim, o Estado constrói uma ideologia de que agiria em benefício da coletividade, mas o que se percebe é a reafirmação de um processo excludente que tem início com uma lógica de políticas públicas feitas sem diálogo com todos os agentes sociais prevalecendo às ideias e propostas dos que já possuem poder econômico e político, assim culmina com a afirmação de um sistema com lógica, em si mesmo, contraditório e desigual.

Elias (2011) coloca que a atuação do Estado se dá também de maneira “passiva”, especialmente quando deixa de intervir, por exemplo, para a não consolidação dos processos de concentração econômica e da terra, como se observa na produção de biodiesel, acirrando a territorialização do grande capital no campo, aumentando a participação de empresas, de grandes conglomerados, nacionais e multinacionais de forma veloz e complexa objetivando a produção de mercadorias para o consumo globalizado.

Não podemos afirmar que o governo brasileiro tenha sido indiferente se por um lado investe nas políticas compensatórias, de incentivo a crédito, ajuda técnica, eletrificação (luz para todos), por outro no âmbito macroeconômico favorece o agronegócio, sobretudo voltado para o mercado internacional inspirado em políticas neoliberais da OMC e do Banco Mundial. (HOUTART, 2010, p. 152).

Bernardes (2011) aborda também a contradição presente entre a lógica do agricultor familiar, que se volta, sobretudo, a uma produção que pensa o uso de seu espaço de vivência, e uma lógica voltada para troca. Trata-se de um uso bem diferenciado do espaço do agricultor familiar, que é utilizado, praticado, vivido e é nele e a partir dele que este agricultor busca as novas conquistas.

A autora lembra que o problema já começa com a não participação da concepção do Selo Social por parte dos agricultores familiares, tirando-os da possibilidade de serem sujeitos da ação e portanto da autonomia de sua produção.

Esse processo de ocidentalização tem uma visão simplificadora da natureza, em contrapartida a uma visão complexa de natureza das populações tradicionais. No caso do cerrado, como abordado por Porto Gonçalves (2008), a liberdade de coleta dentro de propriedades, historicamente construída, acabou com a propriedade privada absoluta da terra e dos recursos naturais.

Esta tendência à padronização, reafirmada pela produção agrícola voltada para o biodiesel, mostra o não reconhecimento dos direitos coletivos de populações que vivem e viviam nestes locais, uma uniformização da agricultura que destrói a diversidade genética e cultural do local onde é implantada, aumenta a vulnerabilidade do solo e da própria produção, concentra a terra e o capital e dissocia o conhecimento acerca da reprodução do alimento, criando uma dependência do agricultor ao complexo industrial-financeiro.

O agricultor familiar, quando desapropriado de um modelo de sobrevivência ao qual gerações estão acostumadas e têm certa relação de equilíbrio e conhecimento das capacidades e suportabilidade do sistema, para a entrada de um desenvolvimento importado e igualizador para distintas realidades, além de privatista - de relação de propriedade do uso da terra para proveito de uma única pessoa - sofre consequências drásticas para sua sobrevivência.

No Caso do Mato Grosso, além dos problemas que os insumos trazem para o solo, no fundo de vale a água já é escassa devido às irrigações das monoculturas na chapada.

O discurso da sustentabilidade de um combustível proveniente da agricultura serve mais como uma forma de legitimação e aceitação, que ao ser colocado em prática encontra todas as dificuldades vistas, consequência da deturpação feita da realidade na elaboração do programa. Não adianta produzir combustíveis renováveis se não há modificação da relação social na produção e na produção agrícola.

Como já colocado ao pensar em outro uso de fonte para produção de combustível, em uma fonte renovável e pautada na questão social, e em outro uso do solo pelo agricultor, como propõe o PNPB, as questões vão além de políticas compensatórias. Deve-se trazer à tona a discussão de outro desenvolvimento, refletindo sobre todo um sistema de desigualdades sociais, de exploração destas fontes para maior proveito de uma classe restrita, detentora dos meios de

produção e da acumulação da mais-valia, numa lógica que reafirma a dependência do produtor agrícola à indústria.

O desenvolvimento baseado nos moldes do capitalismo, onde ser desenvolvido (ser moderno) está atrelado a ter acesso a um nível e domínio tecnológico e conseqüentemente da natureza e de sua exploração enquanto fonte de forma acelerada e desmedida, em uma sociedade onde o consumismo exacerbado é incentivado, nos remete a uma forma de produção que no mínimo atingiu um nível que em longo prazo será insustentável.

Segundo Filho (2005), ainda que os governos mudem parte de suas políticas, estas obedecem a um poder maior que é o poder estrutural da organização produtiva e gestão do território pelo capital e que:

De certo modo, num território que foi historicamente construído e modelado dentro das relações econômicas, através de incentivos tributários e do acesso à terra pelas grandes corporações, modelou-se, também um leque de interesses conflitantes e complexos, sob os quais se moldam as novas relações Estado-Sociedade, cujo modelo possibilite construir a lógica reprodutiva na nova divisão do trabalho, portanto, um modelo funcional na atual fase de desenvolvimento capitalista. Evidentemente, essa “nova” forma de articulação de um poder estatal em profunda transformação reflete-se no território. (FILHO, 2005, p. 149).

Através da análise da produção agrícola que vem sobressaindo no Brasil, percebe-se a insustentabilidade dos biocombustíveis em geral e do biodiesel em específico enquanto fonte de energia, dentro dos parâmetros do capitalismo globalizado.

A quantidade de matéria prima necessária para produção atinge patamares altos para manter uma necessidade produtiva e de circulação intensas, como abordado.

Esta necessidade alta de combustível propicia a reafirmação do monocultivo, já que a matéria prima necessária é grande e busca-se o mais barato. O monocultivo, ambientalmente, traz todas as conseqüências de um cultivo uniforme, em larga escala, e socialmente contém as desigualdades concernentes a este.

Como abordado, o programa previa uma produção baseada nos preceitos do imaginário social de desenvolvimento sustentável, ressaltando a possibilidade de

produzir combustível de origem animal e vegetal de forma sustentável, frisando a sustentabilidade de âmbito social e ambiental.

No entanto, o que se observou ao longo da dissertação é a dificuldade encontrada para alcançar estes objetivos percebendo-as presentes no próprio modelo de desenvolvimento incentivado pelo Estado e na forma como se formulam as políticas, sem diálogo com a diversidade dos sujeitos.

Esta forma de desenvolvimento das políticas públicas acaba privilegiando a visão de quem as promulga, que na maior parte das vezes são os políticos que defendem seus interesses.

Somado a estes fatores, há um processo de construção do imaginário social de aceitação destas políticas através do discurso de desenvolvimento, progresso e modernidade, que hoje se faz presentes através do discurso de desenvolvimento sustentável, como abordado no primeiro capítulo.

Além disso, este período que vivenciamos exige adaptações espaciais de cunho técnico, científico e informacional, privilegiando ainda mais quem tem acesso a estas ou propriedade privada sobre estas, ou seja, possibilidade de pagar pelas adaptações.

Devido às adaptações que vem sofrendo a produção agrária no Brasil após a revolução verde, com a formação do agronegócio, a soja como matéria-prima para o biodiesel acabou sobressaindo, com todas as suas mazelas, devido às facilidades de um mercado já estruturado.

As empresas e multinacionais, como ficou explícito, não têm interesse em ter gastos com a agricultura familiar além da compra da matéria-prima. O próprio MDA fez uma resolução que privilegia ainda mais as usinas – ao modificar a soma dos gastos, que antes deveriam ser todos revertidos ao agricultor familiar, e passar a computar os gastos com toda a produção agrícola –, dificultando ainda mais os ganhos do agricultor familiar.

Quanto à questão social, o pequeno produtor agrícola tem outro paradigma, outra relação com o meio e de produção, e quanto mais se tenta inseri-lo dentro dos paradigmas de produção dominante, mais ele fica dependente.

O interesse dos agricultores em aumentar a renda acaba colocando-os em uma situação complicada, já que aumenta sua dependência para produzir, além de transformar em monocultivo uma agricultura diversa, voltada para produção de

alimentos, para subsistência, com a retirada da renda da terra para outras finalidades.

Quando o Programa coloca a inserção do pequeno agricultor, isso está relacionado à reprodução do uso das mesmas técnicas para homogeneizar o espaço como expressão de uma única cultura destinada a sustentar um tipo de desenvolvimento, um paradigma.

Cria-se a necessidade de discutir novas relações socioespaciais para o pequeno agricultor, focadas em sua realidade e necessidade, para autossuficiência, com autonomia – a qual não pode ser alcançada na monocultura, como ocorre com o biodiesel, seja de mamona, pinhão manso, palma, babuaçu, e mais intensamente com a soja.

Segundo documento elaborado na Cúpula dos Povos, em 2012, pelos movimentos sociais presentes (entre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Via Campesina), o biodiesel seria viável se voltado para uma necessidade em menor escala, suprimindo a realidade local, com uma produção que incluísse a matéria-prima para o biodiesel, mas sem excluir a produção de outras culturas que historicamente são produzidas pela agricultura familiar e voltadas para alimentação.

Segundo a revista eletrônica biodieselbr, existem comunidades na Amazônia nas quais o custo de geração da energia elétrica com óleo diesel chega a oitocentos dólares o megawatt, denotando claramente a potencialidade da geração com óleo vegetal *in natura*. Nestas comunidades, a partir de uma organização social mínima, é possível produzir o óleo e, apesar de algumas desvantagens em relação à eficiência do motor, ela se compensa pelo custo extremamente baixo na sua produção.

No caso de políticas públicas, estas devem ter novas perspectivas para o pequeno agricultor, focadas em sua realidade e necessidade, e devem buscar a autossuficiência, a autonomia, gerando menor dependência de agentes externos como o Estado. Essa perspectiva não é encontrada na monocultura reafirmada pelo biodiesel.

Segundo Marques (2008), a emergência da luta pela reforma agrária é resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da

oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. Sua opção se dá, porém, quando o país reafirma a sua escolha por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas. Sendo assim, a reforma agrária surge como alternativa de trabalho, moradia e reprodução social para um número crescente de trabalhadores pobres que dificilmente encontrariam melhor forma de inserção.

Assim, compreende-se a inserção do agricultor familiar, através da política do biodiesel (PNPB), numa lógica de tecnificação e de monocultivo, contribuindo para separá-lo cada vez mais da (re)produção de sua agricultura e deixá-lo dependente de investimento externo, diminuindo sua autonomia, tanto na obtenção de sementes como nos aparatos tecnológicos, processo que se completa com a imposição do preço por parte de quem compra.

Assim, alguns autores, como Leff (2009), encaminham para necessidade de repensar este desenvolvimento, de buscar outras relações, na construção de um paradigma alternativo de sustentabilidade, no qual os recursos ambientais se convertem em potenciais capazes de reconstruir o processo econômico dentro de uma nova racionalidade produtiva, propondo um projeto social baseado na produtividade da natureza, nas autonomias culturais e na democracia participativa.

Aponta-se a necessidade de um desenvolvimento pensado com quem vivencia o espaço, o local baseado no valor de uso e não no de troca.

O Neoliberalismo ambiental e o discurso do “crescimento sustentável”, apesar de incorporar as bases ecológicas e as considerações de longo prazo na racionalidade econômica, não podem assimilar o sentido, os princípios e as condições de uma gestão democrática do desenvolvimento sustentável: a equidade social, a diversidade cultural, o equilíbrio regional, a autonomia, e capacidade de autogestão das sociedades e a pluralidade de tipos de desenvolvimento. (LEFF, 2009, p. 59)

A produção de biodiesel acaba reafirmando um mercado lucrativo e, com toda desigualdade e jogos de interesse pertinentes, beneficia o mercado de insumos para agricultura, o agronegócio da soja, inclusive a transgênica, que não é questionada para uso como combustível, intensifica o investimento de multinacionais no setor, inclusive multinacionais do agronegócio da soja, como Bunge, Cargil, Monsanto, e ajuda também empresas que historicamente produzem combustível de origem fóssil a garantir mais um mercado caso haja escassez desta

fonte, como a própria Petrobras. Ou seja, reafirma o benefício de quem tira proveito de uma relação socioespacial que já demonstrou sua insustentabilidade.

Assim não há modificação da divisão social da terra e do trabalho, dos usos de combustível, de uma política hegemônica que se “impõe” material e imaterialmente nas distintas realidades, que se reproduz nos planejamentos de políticas públicas que dificulta formas alternativas, autônomas de desenvolvimentos e sustentabilidades.

Compreende-se, assim, que sem mudanças no tipo de desenvolvimento que prevalece, não há a possibilidade de alcançar uma sustentabilidade do espaço e, portanto, uma produção como a do biodiesel neste parâmetro não alcançará a sustentabilidade social e ambiental.